

IGREJA E SOCIEDADE NO BRASIL: RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA*

Fernando Bastos de Ávila

Os trabalhos da presente 25ª Assembléia geral da CNBB são distribuídos em dois grandes painéis, um voltado para o passado, outro para o futuro; um de avaliação, outro de diretrizes, um de discernimento, outro de esperança.

O Instituto Nacional de Pastoral (INP) já preparou um subsídio, para esses painéis, sob o título *Reflexão sobre a ação pastoral da Igreja no Brasil*, oferecendo uma visão, em linhas essenciais, da dinâmica da sociedade brasileira na atual conjuntura ajudando a discernir os problemas pastorais que devem receber maior atenção no próximo quadriênio.

Na realidade, o texto do INP oferece uma visão panorâmica tão abrangente da atual conjuntura que me dispensa da comunicação que, há vários anos, vinha fazendo às Assembléias Gerais e que reuni num pequeno volume publicado pelas Edições Loyola sob o título *"Igreja e Estado no Brasil – Perspectivas e Prospectivas"*

Proponho-me assim, nesta comunicação, examinar por um lado as tendências subjacentes ao panorama apresentado pelo texto do INP parte voltada para o passado; por outro lado tentar uma figuração dos cenários em que deverá inserir-se a ação libertadora e evangelizadora da Igreja, parte voltada para o futuro.

Divido portanto esta comunicação em dois tempos: uma análise retrospectiva e uma figuração prospectiva.

Análise Retrospectiva

Nesta análise, não me restrinjo ao último quadriênio, nem focalizo apenas a situação conjuntural já tratada com lucidez pelo texto do INP.

* Comunicação à 25ª Assembléia Geral da CNBB, Itaicí, S.P., Abril de 1987.

Procuo compreender o movimento de fundo que, a meu ver, começa a abalar a estrutura social brasileira.

Como já tive ocasião de escrever, a estrutura social brasileira revelou uma surpreendente estabilidade nas suas grandes linhas arquitetônicas. A afirmação é paradoxal para quem fixa a atenção nas numerosas turbulências sociais que o país atravessou e atravessa. Tais agitações, entretanto, não afetaram significativamente a realidade da estrutura social do país entendida como a articulação dos segmentos sociais que configuram a sociedade brasileira.

Há um século atrás por ocasião da chamada libertação dos escravos, esta configuração era relativamente simples. Constituiu-se, no vértice, pelos senhores rurais que administravam o poder político e, na base, pelo povo humilde formado de escravos, de libertos, enfim, da mão-de-obra anônima para os trabalhos da lavoura e para os serviços urbanos. As relações entre o vértice e a base eram mediatizadas pela capacidade rural, pela pequena classe média urbana e pelo funcionalismo administrativo.

De lá para cá, as estruturas **políticas** da nação passaram por profundas transformações. Evoluímos de uma monarquia parlamentarista que, aliás, através de seus notáveis, desempenhou com elegância sua função política, para uma república presidencialista em cuja constituição, que excluía o nome de Deus, a inspiração positivista tentou canhestamente adaptar à nossa realidade o modelo americano. O resultado foi que em 100 anos de república o país passou mais de 50 anos em regimes de exceção, para usar um discreto — eufemismo.

Da mesma forma, no mesmo período, nossas estruturas **econômicas** evoluíram consideravelmente. Passamos de país mero exportador de matérias-primas de sobremesa, açúcar, café, cacau e importador de quase todos os produtos manufaturados de que a nação necessitava, para um país que já é hoje exportador de produtos acabados, de serviços e de tecnologia.

Atavés de todas essas transformações de nossas estruturas políticas e econômicas, nossas estruturas sociais manifestaram algumas modificações, as quais porém não alteraram seu desenho arquitetônico. O vértice da pirâmide incorporou os capitães da indústria emergente e a burguesia financeira do sistema bancário em expansão. Mais importante foi a modificação na espessura da lage de sustentação da

classe média. Esta cresceu por um lento processo de capilaridade social que foi cooptando seletivamente os elementos emergentes de bases anônimas. Estes assumiram a administração da grande rede de pequenas empresas, na indústria, no comércio e nos serviços indispensáveis para a estabilidade do edifício e para o funcionamento do sistema.

Estas foram modificações apreciáveis que se processaram numa lentidão secular, mas, para entender a afirmação da estabilidade, da inalterabilidade da arquitetura de nossa estrutura social basta atentar para o seguinte dado: hoje ainda apenas 30% da população brasileira estão de fato incorporados plenamente nos processos político-econômico-social e cultural do que se pode chamar de Brasil moderno. Mais ou menos, a população da Argentina. Os outros 70% são cidadãos de segunda categoria que têm escassa ou nula participação naqueles processos. Não insisto em dados desagregados que constam inclusive do texto preparado pelo INP.

Pois bem, o que me parece constituir o fenômeno subjacente a nossas crises conjunturais é um movimento de fundo tendente precisamente a alterar nossas estruturas sociais, pela incorporação definitiva das massas numa democracia amplamente participativa, democracia não apenas política, mas social, econômica e cultural. É um movimento que, pela sua própria grandeza, pode não ser compreendido na sua globalidade.

Caracterizaria este movimento como a surgência, a emergência dos humilhados, dos oprimidos. Oprimidos por quem ou oprimidos por que?

É necessário dar-nos conta da natureza desta emergência, para não ceder à tentação fácil de enquadrá-la numa mesquinha e cansativa interpretação marxista de luta de classes. Trata-se de um fenômeno grande demais para ser reduzido a análises obsoletas, incapazes de abrangê-lo na sua complexidade.

Respondendo à pergunta: oprimidos por quem ou por que? Diria, oprimidos pelo que podemos chamar a normalidade cotidiana. A verdade é que o funcionamento desta normalidade aprazível se faz a custa de um imenso sacrifício anônimo, a cujas vítimas não é garantida uma participação equitativa no bem comum, no bem gerado pelo esforço de todos. Fazem parte deste funcionamento da normalidade, por exemplo, o nosso alimento de cada dia, o nosso jornal matinal, a

caminhada por calçadas mais ou menos limpas e por ruas mais ou menos seguras, para chegarmos ao nosso transporte que nos levará ao nosso trabalho. Mas para que essa normalidade funcione, centenas de milhares, milhões de irmãos nossos tiveram que sair de madrugada de seus subúrbios e de seus barracos e afrontar a violência dos transportes de massa, que retornarão exaustos à noite para um descanso precário em condições sub-humanas de alimentação e de habitação.

Dir-se-á que todas as sociedades, para funcionarem, pagam este preço. É verdade, mas é também verdade que nenhuma delas se sustenta retribuindo com tanta injustiça e tão grande sacrifício. É bom lembrar que, no Brasil, 70% de sua população economicamente ativa ganham não mais de dois salários mínimos, é bom lembrar que o 1% mais rico de nossa população concentra uma renda praticamente igual a dos 50% mais pobres.

O fenômeno a que estou me referindo com a surgência dos humilhados vem-se manifestando através das formas mais variadas de protestos: passeatas, bloqueios, grevés. Só este ano foram registradas mais de 1.200, algumas delas com grave incidência no funcionamento da normalidade. Elas não podem ser explicadas exclusivamente como provocações de lideranças sindicais mais politizadas. Os provocadores destas lideranças não teriam eco se elas gritassem numa planície ampla de equidade social. O eco despertado vem da geografia convulsa de nosso solo social quebrado pelas escarpas da opulência e os abismos da miséria.

Tornam-se assim necessárias e inadiáveis medidas corajosas, destinadas a dar ao povo a certeza de mudança irreversível das tendências perversas que se beneficiaram da iniquidade de nossas estruturas sociais.

Algumas medidas acabam de ser tomadas numa direção certa, tendentes a conter uma recessão que já não pode mais ser camuflada ou subestimada. Receio, porém, que já não haja mais tempo para que os efeitos destas medidas sejam sentidas pelas bases, se outras medidas mais corajosas não vierem a ser adaptadas rapidamente. Já é intolerável para a consciência nacional a condição privilegiada de setores, como a do capital financeiro e especulativo, que só lucraram com todas as crises. A crise atual significa, para a grande população destituída, uma perda nos meios de sua sobrevivência, para as minorias privilegiadas a perda significa apenas o faturamento de lucros ligeira-

mente menores. É inexplicável a cautelosa deferência com que é tratada a recusa em assumir sacrifícios para a recuperação nacional. Os juros ameaçam subir a taxas bolivianas e a febril remarcação de preços, coonestada pela economia de livre mercado ressarciu rapidamente os lucros contidos por um breve congelamento. É intolerável para a consciência nacional o despudor com que um funcionalismo parasitário, de marajás, obstrua a administração pública, criando situações que seriam ridículas, se não fossem dramáticas, para um país pobre como o Brasil. A prefeitura de Fortaleza tem mais funcionários que a prefeitura de Paris.

O trabalho está procurando fazer justiça por iniciativa própria, deflagrando greves e paralisações, para suprir em vão a carência de uma política social. Nenhuma greve conseguiu plenamente suas reivindicações, mas todas elas obtiveram algumas vantagens, vantagens porém breves e ilusórias. Repassadas aos preços, foram anuladas por uma inflação que ainda não deu sinais de se deixar controlar. A crise pode assim se aproximar de uma situação de ingovernabilidade.

O doloroso, em tudo isto, é que o Brasil tem todas as condições e recursos para garantir um mínimo de decência social para sua população. O que falta apenas é a decisão política orientada por um projeto de desenvolvimento social sustentado, que já existe e que não exige sacrifícios intoleráveis. É incrível que não se compreenda que um país saudável, sem indigência e sem miséria, é melhor para todos, inclusive para aqueles que se iludem com a possibilidade de conviverem nas condições de um verdadeiro *apartheid* social. Infelizmente percebe-se uma grave perda de credibilidade na decisão política. A nação descobre que atrás de muita credibilidade social se escondem interesses pessoais e fisiologismos políticos de uma lamentável desfaçatez.

Nesta análise, não podemos fazer abstração do contexto maior das relações internacionais, onde o Brasil é submetido à pressão da dívida externa.

Na realidade, tem-se a impressão que a chamada ordem econômica internacional opera num vazio ético, denunciado com lucidez no recente documento preparado pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz.

Seria simplismo negar que a entrada de créditos internacionais não tenha favorecido uma certa modernização de nossa economia em

vários setores que oferecem base para desenvolvimentos ulteriores. A nação porém não sabe qual foi a destinação final de todos esses recursos, não conhece o preço pago em comissões escusas e em créditos vinculados a transações alheias ao interesse nacional. Decisões unilaterais de países credores aumentam desmesuradamente as taxas de juros e o serviço da dívida. Em menos de 5 anos, o Brasil dispendeu neste serviço 45 bilhões de dólares e ainda está devendo 111 bilhões.

Entretanto, seria também simplismo imaginar que a nossa economia tem estruturas suficientemente sólidas para resistir ao impacto das retaliações a uma moratória unilateral. O que é fundamental e viável, no momento, é exigir a transparência das negociações; é denunciar o risco da transnacionalização de nossa economia pela transformação de dívidas em investimentos nos setores seletivamente escolhidos pelos interesses do capital estrangeiro; é repudiar a perda da dignidade de uma nação soberana que não quer ser caloteira, mas convencida de que a única maneira de saldar compromissos comprovadamente justos é garantir a sustentação de seu próprio desenvolvimento. Foi assim, aliás, que nos trataram os nossos devedores, quando, no após guerra, o Brasil era um país credor.

A emergência dos oprimidos se aproxima assim de uma alternativa indeclinável: ou ela resultará numa mudança das estruturas sociais dentro de processos democráticos ou seu dinamismo será canalizado para um grande confronto social de consequências imprevisíveis, certamente de custos sociais e humanos incalculáveis que a curto prazo podem aproximar perigosamente a nação de uma situação ingovernável.

A Igreja no Brasil não pode ficar indiferente, como nunca ficou, quanto ao desfecho desta alternativa. Creio que nesta alternativa está em jogo um novo sentido da opção preferencial pelos pobres. Creio também que o acompanhamento deste processo de emergência não poderá estar alheio às preocupações pastorais do próximo quadriênio, que será provavelmente decisivo para o desfecho da alternativa mencionada.

Com todo respeito e a devida modéstia, observo que, tomando consciência do fenômeno, a Igreja não pode reagir com pânico e anátemas, reduzindo o fenômeno às proporções mesquinhas de uma luta de classes no sentido marxista.

A Igreja vive um momento de sereno discernimento para perceber o potencial de mudança mobilizado pela emergência dos humilhados,

mudança de estruturas sociais injustas, mudança "de condições menos humanas para condições mais humanas", para usar a expressão da encíclica *Populorum Progressio*, cujo vigésimo aniversário celebramos este ano.

Este desafio não é novo para a Igreja, porque não é de hoje que ela vem pressentindo o movimento de surgência do povo e especialmente do operário que sustenta, com seu trabalho, o funcionamento "normal" das sociedades.

Existe uma sede de mudanças, de inovações, que se transfere da esfera da política para o campo da economia social. Entre outros fatores, esta sede de mudanças é atribuída "a afluência da riqueza nas mãos de um pequeno número, ao lado da indigência da multidão". Quem é familiarizado com a doutrina social da Igreja percebe que acabo de citar a primeira frase da primeira grande encíclica social, a *Rerum Novarum*, cujo primeiro centenário celebraremos em 1991. Há um século, Leão XIII, parece-me, pressentia na Europa a emergência do mesmo fenômeno que, no contexto da cultura moderna e da sociedade brasileira, estamos vivendo intensamente agora.

Qual é o primeiro dos sinais dos tempos que caracterizam nossa época? "Hoje, em toda parte, os trabalhadores exigem arduamente não serem tratados à maneira de meros objetos, sem entendimento nem liberdade à mercê do arbítrio alheio, mas como pessoas, em todos os setores da vida social, tanto no econômico-social como no da política e da cultura". Todos se dão conta que estou apenas citando a *Pacem in Terris* (nº 40). Há exatamente 25 anos, João XXIII se dava conta que o fenômeno atingira dimensões planetárias.

"Ser libertados da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, a saúde, com emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer *opressão* (o grifo é meu) e situações que ofendam a dignidade de homens; ter maior instrução; numa palavra, realizar; conhecer e possuir mais, para ser mais, tal e a aspiração dos homens de hoje, quando um grande grande número dentre eles estão condenados a viver em condições que tornam ilusório este legítimo desejo". Este texto, de uma surpreendente atualidade para nós, é uma advertência feita há 20 anos, por Paulo VI, na *Populorum Progressio* (nº 6).

Não foi outro, afinal, o sentido da opção pelos pobres, consagrada em Puebla e com a qual se comprometeu o episcopado latinoamericano-

no, num momento profético de sua história, quando se solidarizava com esta surgência continental, ou seja, hoje, do grande continente católico, surgência precisamente dos humilhados e oprimidos.

O discernimento permitira à Igreja repudiar com igual liberdade pastoral, tanto um reacionarismo imbecil quanto um revolucionarismo insensato.

Não existe nenhum exemplo histórico de mudança das estruturas sociais realizada pela conversão das elites privilegiadas. Há porém sobejos exemplos de mudanças operadas por convulsões revolucionárias que levaram a irreparáveis decepções.

Por uma questão de lealdade, devo confessar que para mim, a saída do impasse no qual a nação está acuada passa por um reformismo honesto, urgente e radical, exatamente na linha que nos indicava o Santo Padre João Paulo II, em sua visita ao Brasil, quando insistia na necessidade "de reformas urgentes e radicais". Infelizmente, o reformismo ainda desperta uma ressonância desagradável de mero paliativo. Mas importa distinguir entre reformismo hipócrita que atenua efeitos na medida exata necessária para esvaziar os dinamismos de mudança e reformismo autêntico que vai às raízes dos males que impedem a mudança.

Como sinal e sacramento de unidade, a Igreja, através de sua ação pastoral, poderá desempenhar um papel decisivo neste momento nacional marcado pela decepção e a perplexidade.

A Igreja de Cristo jamais poderá renunciar à sua missão libertadora.

Visão Prospectiva

Neste ensaio de visão prospectiva, proponha-me tentar visualizar alguns aspectos do cenário no qual deverá a Igreja desenvolver sua ação pastoral e evangelizadora. Não me restrinjo assim às pistas e critérios apresentados pelo texto do INP, mas procuro situá-los num contexto mais abrangente, do qual, a meu ver surgirão os grandes desafios para a Igreja, neste final de século e de milênio.

A gravidade dos problemas sociais preocupou, preocupa e deverá continuar a preocupar a solicitude pastoral da Igreja no Brasil. É o grande desafio do binômio fé e justiça: explicitar, anunciar, concretizar as exigências sociais da fé cristã.

Ao lado desta preocupação, veio surgindo outra, relacionada esta com a tomada de consciência de um outro e mais grave desafio levantado pelo binômio fé e cultura.

Solicitada pelo atendimento de carências inadiáveis, de injustiças que bradam aos céus, a Igreja começou a pressentir os abalos sísmicos no subsolo da cultura, Atestam este pressentimento seus documentos e estudos sobre valores éticos relativos à vida, à família, à educação, à moralidade pública, pronunciamentos condensados na parte cultural do documento: "Por uma Nova Ordem Constitucional" do ano passado.

O caso é porém que o epicentro daqueles abalos sísmicos não se encontra nas periferias culturais do mundo, mas nas sociedades onde o avanço científico e tecnológico vem adquirindo uma aceleração vertiginosa.

Aos poucos, ela foi entendendo esses abalos não como sintomas isolados, mas como sinais de um fenômeno de fundo que se denominou como crise da modernidade, caracterizado pelo impacto causado nas estruturas mentais e valorativas precisamente por aquela aceleração do progresso científico e tecnológico.

A Igreja foi alertada para a compreensão da natureza e das dimensões deste problema por João Paulo II, desde a *Redemptor Hominis* (nº 15) e posteriormente desde seus pronunciamentos sobre a cultura: "O sentido humano da cultura", UNESCO, 1980; Cultura e liberdade, Sumaré, 1980; Cultura e projeto de humanidade, Coimbra, 1982; Cultura e dimensão espiritual, UNESCO, 1982. No mesmo ano o Papa cria o Conselho Pontifício para a cultura e desde então não cessa de advertir, com insistência crescente para a necessidade de enfrentar os desafios que as culturas e, especificamente, a moderna cultura científica levantam para a consciência cristã.

Mesmo com o risco de parecer distanciar-me excessivamente do âmbito de nossas preocupações pastorais imediatas, permito-me fazer referência ao cenário abrangente acima mencionado.

Creio que a Igreja está sendo surpreendida por desafios absolutamente novos, para cujo equacionamento ético e pastoral ela se sente desequilibrada. É urgente assim refletir sobre estes desafios, porque amanhã talvez pode ser tarde demais, e porque são desafios que envolvem especificamente os leigos.

Uma primeira característica daquele cenário pode ser a seguinte: num futuro que já começou, as linguagens artificiais, da informática, terão uma importância decisiva nos processos de comunicação, de informação e de decisão. Os progressos neste setor da informática chegaram a realizações que ainda ontem pareciam ser objeto de mera ficção científica.

O desafio está aí e é iniludível: a Igreja de Cristo já tomou consciência dos impactos éticos, sociais e pastorais de uma sociedade que se informatiza? Como anunciar a palavra da fé na idade da informática?

Não se trata apenas da utilização de computadores para a acumulação e cruzamento de informações sobre estatísticas religiosas destinadas a orientar uma ação pastoral. Deverá a Igreja dominar as técnicas de programação (software), para inserir sua mensagem? Que interesse terá por exemplo, para as crianças e adolescentes de amanhã a linguagem da catequese convencional mesmo renovada? No colégio e na universidade, espaços próprios para o encontro entre a fé e a cultura, a voz da Igreja será ouvida sem dominar esta linguagem?

Uma segunda característica do cenário se prende ao setor da biologia e, mais precisamente, da engenharia genética. Sou levado a crer que os avanços neste setor terão maior força de apelo sobre os cientistas e os técnicos do que as advertências da Igreja, com as contidas no documento de inícios de março, preparado pela Congregação Pontifícia para a doutrina da fé.

Os avanços da bio-tecnologia já chegaram a realizações fantásticas, para o bem e para o mal, para a vida e para morte. Tem-se a impressão nítida que nestes avanços não há sequer a indagação de seus limites éticos. A ética é atropelada pelos critérios da eficácia e da lucratividade, a utilização de fetos para a fabricação de determinados produtos é apenas uma das demonstrações da rejeição de critérios éticos. As técnicas de inseminação artificial endo e exogômica se deterão ante a doutrina da Igreja que não pode haver procriação sem amor?

Uma terceira característica do cenário se reporta à utilização das energias ainda chamadas não convencionais. A energia atômica será utilizada para fins pacíficos, com a eliminação de possibilidade do apocalipse nuclear?

Os novos combustíveis permitem ao homem os primeiros ensaios de conquista do espaço. Que está representando esta conquista como

fator de implosão das figuras espaciais em que se formula a linguagem da fé? Afirma-se que a bomba ecológica de efeitos mais lentos porém não menos destruidores da vida, já foi detonada. Basta projetar as taxas crescentes de milhões de toneladas de gases que anualmente são libertadas na atmosfera, para prever que a camada de ozônio que nos protege dos raios ultravioletas não resistirá por muito tempo. Ante tais dados, a juventude dos países afluentes resume seu projeto de vida em viver intensamente, enquanto há tempo, atirando-se a todas as experiências das drogas e do sexualismo. Os jovens de amanhã aceitarão sermões para renovar o milagre da transmissão da vida?

Apenas estas três características do provável cenário dentro do qual deverá a Igreja exercer sua ação evangelizadora, parecem desde já acarretar ao menos duas consequências.

A primeira é a perda do sentido do Sagrado. O Sagrado vai deixando de ser norma de cultura definindo os valores e os padrões da vivência e convivência humana, para reduzir-se a objeto de cultura. Objeto de cultura enquanto tema de eruditas especulações de ensaístas e pensadores que não tem nenhuma fé neste sagrado. Objeto de cultura enquanto consumo religioso oferecido no grande supermercado da cultura consumista. Estou convencido que nosso povo ainda conserva uma profunda referência ao sagrado e explicitamente, ao sagrado cristão e neste fato, reside uma grande esperança para a Igreja; na medida porém em que ela se conscientiza da gravidade dos desafios culturais que enfrenta.

Uma segunda consequência é não menos séria. Não há mais ilusão possível quanto ao ceticismo que se vem alastrando, mesmo em meios católicos, ceticismo relativo a valores éticos essenciais. Este ceticismo se revela na tolerância a formas de permissivismo com exigências ilimitadamente crescentes. Não se trata de uma cumplicidade no silêncio, mas de um desânimo ante a impotência de arrostar uma torrente avassaladora e impetuosa, especialmente através dos meios de comunicação social.

Neste final de milênio, estará a humanidade caminhando para o que se convencionou chamar de humanismo secular? Trata-se de chegar a uma espécie de ecumenismo transcultural, com um denominador comum de valores essenciais, como o amor, a justiça, a liberdade, a paz, mas um ecumenismo que deixa ao foro íntimo a vinculação destes valores a suas premissas religiosas. A proposta é sedutora pelo seu relativismo

irênico, mas creio que é o mais soberbo desafio da cultura moderna para uma Igreja no mundo da revelação do Verbo e da mensagem pascal "gloriam vidi resurgentis" ass. Maria, a pecadora. A Igreja sabe, com humildade e coragem que, numa cultura que perde a dimensão mesma do sentido da vida Ela tem a resposta às indagações essenciais de toda consciência humana: que creio, que espero, que amo? A resposta a estas indagações reside a própria essência do Evangelho. A Igreja de Cristo jamais poderá renunciar à sua missão evangelizadora.

SUMÁRIO

Comunicação à 25ª Assembléia Geral da CNBB (Itaici, S.P., Abril de 1987). O A. analisa em duas direções temporais a conjuntura da sociedade brasileira e nela as possibilidades e alternativas que se oferecem à ação da Igreja Católica, enfatizada como ação evangelizadora e libertadora.

Na primeira parte e análise é retrospectiva: o A. considera o passado relativamente estável da estrutura social brasileira, nele porém descobrindo as causas que explicam o seu presente caracterizado pela emergência dos "humilhados e oprimidos" e pelo abalo profundo da estrutura social. Na segunda parte a análise é prospectiva: o A. apresenta o cenário futuro e já de algum modo presente da sociedade brasileira sob o impacto das transformações provocadas pelo avanço científico-tecnológico. São mencionados particularmente os campos da informática e da bio-tecnologia. A secularização e o niilismo ético são algumas das consequências destas transformações em cujo contexto deve inserir-se a irrenunciável missão evangelizadora da Igreja.

SUMMARY

Paper presented at the 25th General Assembly of the National Catholic Conference of Brazilian Bishops (CNBB), held at Itaici, São Paulo, in April, 1987. The A analyses in two temporal directions the situation of Brazilian Church's action: an action presented as evangelizing and liberating.

In the first part the analysis is retrospective: The A. considers the relatively stable past of Brazilian social structures and, at the same time, discovers in it the causes that explain the present, characterized by the emergence of the "humbled and oppressed", and by the deep shock affecting those structures. In the second part the analysis is prospective: The A. describes a future scenario of Brazilian society which is somehow already present, under the impact of changes provoked by scientific and technological progress. Particular mention is made of the fields of "informatics" and biotechnology. Secularization and ethical nihilism are some of the consequences of those changes, in the context of which the evangelizing mission of the Church should be placed.